



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Senhor Presidente da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

ASSUNTO: REQUERIMENTO NÚMERO 2263 / XIII / 1 AL, APRESENTADO POR VÁRIOS DEPUTADOS DO BLOCO DE ESQUERDA, RELATIVO A TARIFA SOCIAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Excelência,

No cumprimento do disposto do número 1 do Artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e em resposta ao ofício de Vossa Excelência, datado de 21 de julho p.p., respeitante ao Requerimento número 2263 / XIII / 1 AL, apresentado por vários Deputados da Assembleia da República eleitos pelo Bloco de Esquerda, informo que no Município da Maia a história dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMAES) iniciou-se há mais de 50 anos.

Procedia-se então, à distribuição de energia elétrica, água para consumo humano e recolha das águas residuais produzidas na Zona Sul do Município. Em 1 de abril de 1987 a parte elétrica foi concessionada à EDP, ficando os SMAES, a partir daquela data, apenas com a distribuição de água e a recolha de águas residuais.

Rapidamente, nos cerca de 13 anos seguintes, através de um dinamismo digno de realce, os SMAES concluíram todas as infraestruturas de abastecimento domiciliário de água - incluindo condutas adutoras, redes de distribuição e reservatórios - cobrindo, atualmente, muito perto da totalidade da área do município.

Do mesmo modo e simultaneamente, foram concluídas, naquele período, as infraestruturas relativas ao saneamento - incluindo emissários, redes coletoras, estações depuradoras e uma estação de compostagem das lamas retiradas às águas residuais -, infraestruturas estas que, atualmente, cobrem, também, a quase totalidade da área do Concelho.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Em boa verdade, no final do ano 2002, o Concelho da Maia, em termos de infraestruturas de água para consumo humano e recolha e tratamento de águas residuais, encontra-se coberto em cerca de 99,5% da respetiva área, tendo construído a totalidade dos equipamentos de apoio àquelas infraestruturas.

Os investimentos efetuados ao longo dos mais de 50 anos que mediarão entre a criação dos SMAES e o momento presente, a custos da época em que foram realizados, atingiram os 250 milhões de euros, tendo sido suportados, em cerca de 70%, por capitais próprios da Autarquia.

Merece particular realce o facto de o Município da Maia ser o único em Portugal, e dos poucos a nível mundial, que procede ao tratamento - compostagem - das lamas provenientes do tratamento das águas residuais, produzindo um fertilizante orgânico de excecionais qualidades - comercializado sob a designação de AGRONAT -, com uma procura elevada em todo o território continental, a Norte do Rio Tejo e, ainda, na Região Autónoma da Galiza.

Assim e depois deste breve enquadramento, relativamente às questões colocadas cumpre-me informar o seguinte:

1 – O serviço de abastecimento de água em baixa no Concelho da Maia é feito através dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia, estrutura pertencente ao Município da Maia mas com autonomia económico-jurídica.

2 - O Município da Maia tem assumido desde sempre um papel fundamental na resolução dos problemas que afetam a sua população, através da prossecução de políticas integradoras e da articulação das ofertas dos apoios existentes no seu território, assumindo o seu papel de elemento catalisador para a coesão social.

O Tarifário Social da Água, Saneamento e Resíduos Sólidos da Maia, cujo Regulamento foi publicado em Diário da República no dia 01 de fevereiro de 2013 entrou em vigor no dia 11 desse mês. Esta medida social permite, de uma forma justa e ponderada, contribuir para o equilíbrio do orçamento das famílias mais desprotegidas economicamente através de: isenção do pagamento da componente fixa de água, isenção do pagamento da componente fixa de saneamento, isenção do pagamento da componente fixa dos resíduos sólidos e alargamento do 1º escalão do tarifário aos 15m³ do consumo de água.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Os beneficiários desta medida social são todos aqueles que reúnam as condições do Artigo 3º do respetivo Regulamento (em anexo), mediante preenchimento do Formulário disponibilizado para o efeito e que deverá ser entregue no Gabinete Municipal de Atendimento.

3 – No Município da Maia existem 51.165 contratos domésticos de abastecimento de água, dos quais 165 estão ao abrigo do Tarifário Social da Água, Saneamento e Resíduos Sólidos da Maia.

Importa por fim referir uma vez mais que o Tarifário Social da Água, Saneamento e Resíduos Sólidos da Maia encontra-se devidamente regulamentado e disponível a toda a população nos serviços sociais da Câmara Municipal da Maia assim como no *site* de internet em: <http://www.cm-maia.pt/index.php/tarifario>.

Sem outro assunto de momento, endereço a Vossa Ex.a os meus melhores cumprimentos e os protestos da minha elevada estima e consideração.

Maia, Paços do Concelho, 16 de agosto de 2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA,

(ENG.º ANTÓNIO BRAGANÇA FERNANDES)



REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS DA MAIA

PREÂMBULO

1. A progressiva degradação da situação económica das famílias portuguesas, em virtude da situação em que se encontra todo o território nacional, exige aos serviços públicos, a tomada de decisões e medidas especiais que permitam, de uma forma justa e ponderada, contribuir para o equilíbrio do orçamento das famílias mais desprotegidas economicamente, ajudando à satisfação das condições básicas de vida.
2. O Município da Maia tem assumido desde sempre um papel fundamental na resolução dos problemas que afetam a sua população, através da prossecução de políticas integradoras e da articulação das ofertas dos apoios existentes no seu território, assumindo o seu papel de elemento catalisador para a coesão social.
3. O esforço desenvolvido pela Câmara Municipal da Maia na procura incessante de políticas sociais ativas, é reproduzido integralmente por todo o seu universo empresarial municipal, que das mais diversas formas se tem preocupado com uma gestão eficiente dos seus recursos, tendo sempre presente a sua responsabilidade social.
4. Continuando este caminho de uma forma solidária e discreta, surge o Tarifário Social de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos da Maia, como uma resposta que promove a integração social, contribuindo assim para uma sociedade mais coesa.



REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS DA MAIA

Artigo 1º

Objeto

O presente regulamento estabelece o conjunto de normas e de critérios a que obedece a concessão, por parte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, doravante designados por SMAS, de benefícios ao consumo doméstico de água e saneamento e por parte da Maiambiente, E.E.M, doravante designada por Maiambiente, de benefícios ao consumo doméstico dos resíduos sólidos urbanos, a seguir discriminados:

- Isenção do pagamento da componente fixa de água;
- Isenção do pagamento da componente fixa de saneamento;
- Alargamento do 1º escalão do tarifário, aos 15m³ do consumo de água;
- Isenção do pagamento da componente fixa dos resíduos sólidos.

Artigo 2º

Conceitos

Para efeitos do presente diploma considera-se:

- a) «**Agregado familiar**», o conjunto de pessoas constituído pelo requerente da isenção, cônjuge ou pessoa que com ele viva em condições análogas, parentes e afins maiores em linha reta e em linha colateral, até ao 3º grau, parentes e afins menores em linha reta e em linha colateral, pelos adotados restritamente e menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar;
- b) «**Rendimento mensal**», o quantitativo que resulta da divisão por 12 dos rendimentos anuais ilíquidos auferidos por todos os elementos do agregado familiar, incluindo as prestações sociais, com exceção do abono de família, deduzido das retenções e contribuições obrigatórias;
- c) «**Rendimento mensal corrigido**», o quantitativo referido no número anterior deduzido das seguintes despesas:
 - Prestação mensal do arrendamento habitacional ou encargo mensal com instituição de crédito decorrente da aquisição de habitação própria;
 - Média mensal dos encargos com a saúde, resultantes de doença crónica ou incapacitante, no que respeita a medicação.



REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS DA MAIA

Artigo 3º

Beneficiários

Podem ser candidatos à isenção mencionada no Artigo 1º, todos os residentes no Município da Maia, em habitação própria ou arrendada, que cumulativamente reúnam as seguintes condições:

- a) O candidato, ou qualquer elemento do agregado familiar, seja proprietário ou titular de contrato de arrendamento do prédio que constitui habitação permanente;
- b) Sejam titulares de contrato de fornecimento de água relativamente ao prédio que constitui habitação permanente;
- c) Encontrem-se recenseados no Município da Maia;
- d) O agregado familiar não disponha de um rendimento mensal bruto corrigido igual ou superior ao rendimento calculado nos termos do quadro seguinte:

CONDIÇÃO DO ELEMENTO	VALOR A CONSIDERAR (€)
Titular	189,52
Por cada elemento maior	94,76
Por cada elemento menor	56,86

Artigo 4º

Instrução da Candidatura

1. A candidatura deverá ser apresentada no Gabinete Municipal de Atendimento da Câmara Municipal da Maia, mediante o preenchimento de impresso próprio, conforme Anexo I, a fornecer ao candidato, devidamente assinado por este, e obrigatoriamente instruída com os seguintes documentos:
 - a) Fotocópia dos bilhetes de identidade, ou cartão de cidadão ou cédula pessoal do candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar;
 - b) Fotocópia do n.º de identificação fiscal do candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar;
 - c) Fotocópia dos cartões de eleitor do candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar;
 - d) Fotocópia do cartão da segurança social do candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar;



**REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS
SÓLIDOS DA MAIA**

- e) Fotocópia da fatura de água relativa ao mês anterior ao da candidatura, emitida em nome do candidato;
 - f) Fotocópia de recibo comprovativo da liquidação da prestação mensal de renda referente ao mês anterior ao da candidatura, ou documento comprovativo dos encargos com aquisição de habitação própria;
 - g) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelo candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar, nomeadamente a última declaração de IRS;
 - h) Documentos comprovativos da despesa média mensal com aquisição de medicamentos, nas situações mencionadas na alínea c), do Artigo 2º, ou fotocópias dos recibos emitidos pelas farmácias referentes aos seis meses anteriores ao da apresentação da candidatura;
 - i) Declaração médica para o efeito, emitida pelo médico de família, comprovativa dos medicamentos, indispensáveis ao tratamento de doença crónica e/ou incapacitante do candidato ou de qualquer elemento do agregado familiar;
 - j) Declaração, sob compromisso de honra, atestando a veracidade de todos os elementos constantes da candidatura, conforme Anexo II;
2. Na falta dos documentos mencionados na alínea g) do número anterior, deverão ser entregues os seguintes documentos:
- Certidão comprovativa emitida pela Repartição de Finanças, de inexistência de declaração de IRS;
 - Declaração de vencimento emitida pela entidade patronal, reportada ao mês anterior ao da candidatura;
 - Declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social, comprovativa do valor de pensões, reformas, prestações sociais (com exceção das familiares, por deficiência e/ou dependência), reportada ao mês anterior ao da apresentação da candidatura;
 - Declaração do Centro de Emprego da Maia, atestando tal situação, bem como o valor do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, em caso de desemprego de qualquer elemento do agregado familiar;
3. Sempre que houver lugar ao aumento do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, este deverá ser comunicado à Câmara Municipal da Maia, que verificará a manutenção deste benefício.



REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS DA MAIA

4. A Câmara Municipal da Maia reserva-se o direito de solicitar ao candidato a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entenda necessários, para uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 5º

Análise da Candidatura

1. A análise das candidaturas é da responsabilidade dos serviços sociais da Câmara Municipal da Maia.
2. Sempre que se entenda necessário ou conveniente, poderão os serviços referidos no ponto anterior efetuar visitas domiciliárias para verificação das condições socioeconómicas do agregado familiar, obrigando-se o candidato a promover todas as diligências para a sua efectivação.
3. A Câmara Municipal analisará as candidaturas no prazo máximo de trinta dias, contados da data de entrega das mesmas, sendo que, após a devida decisão, será da mesma dada conhecimento, imediato, ao interessado.
4. A Câmara Municipal da Maia informará os SMAS e a Maiambiente das candidaturas que vierem a ser aprovadas ou dos beneficiários que foram alvo de cessação da isenção.

Artigo 6º

Exclusão dos Candidatos

Constituem motivos de exclusão dos candidatos:

- a) A prestação de falsas declarações;
- b) A não apresentação de documentação referida no Artigo 4º ou a que venha a ser solicitada pela Câmara Municipal da Maia, no prazo que for estabelecido.

Artigo 7º

Benefícios

1. As candidaturas aprovadas terão os benefícios mencionados no Artigo 1º, e entrarão em vigor no mês seguinte ao da comunicação da aprovação.



REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS DA MAIA

2. Os benefícios vigorarão durante o período que decorre entre a aprovação da candidatura e o último dia útil do mês de dezembro, podendo ser objeto de renovação.
3. A renovação é anual, devendo ser efetuada durante os meses de novembro e dezembro, mediante apresentação de nova candidatura.

Artigo 8º

Cessação da Isenção

Constituem motivos de cessação da isenção, sem prejuízo de competente procedimento criminal se a tal houver lugar:

- a) O incumprimento de qualquer norma constante do presente regulamento;
- b) A transferência da residência para fora do Município da Maia;
- c) A não apresentação de documentação que, em qualquer momento, venha a ser solicitada pela Câmara Municipal da Maia, no prazo que for estabelecido;
- d) O termo do prazo previsto de vigência da isenção, caso a mesma não venha a ser objeto de renovação;
- e) A alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, desde que daí resulte a não verificação do limite estabelecido na alínea d), do Artigo 3º.

Artigo 9º

Dúvidas e Omissões

Todas as dúvidas e omissões que resultem da aplicação do presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal da Maia.

Artigo 10º

Montante Disponível

O montante máximo a disponibilizar anualmente para efeitos da aplicação desta medida social é de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros).



**REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS
SÓLIDOS DA MAIA**

**Artigo 11º
Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor cinco dias após a respetiva publicitação, nos termos da lei.



**REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS
SÓLIDOS DA MAIA**

**ANEXO I
Impresso de Candidatura**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome:.....
Data de nascimento...../...../.....; Naturalidade.....; Estado civil.....
Morada:.....
Freguesia:..... Código Postal: --
Bilhete de Identidade n.º Emitido em/...../..... A. I. de.....
Cartão de Eleitor n.º: Data:/...../..... Freguesia
N.I.F..... Telefone:..... Telemóvel:
NISS..... OUTROS

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

N.º	NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO	PROFISSÃO
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

Maia,..... de de

O Candidato

.....



**REGULAMENTO MUNICIPAL DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS
SÓLIDOS DA MAIA**

ANEXO II

Declaração de Honra

....., portador do Bilhete
de Identidade/Cartão Cidadão n.º....., emitido pelo Arquivo de Identificação
de....., com o n.º fiscal de contribuinte....., declara sob compromisso de
honra serem verdadeiras todas as informações constantes da candidatura. Declara ainda
conhecer as Normas Regulamentares respetivas a cujo cumprimento integral está obrigado.

Maia,..... de de

O Candidato

.....

municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar, na Divisão de Apoio às Operações Urbanísticas desta Câmara Municipal.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Gabinete Municipal de Atendimento ou nos serviços de Correspondência, desta Câmara Municipal.

22 de janeiro de 2013. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes*.

306701084

Regulamento n.º 50/2013

Regulamento Municipal do Tarifário Social de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos da Maia

Toma-se público, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que a Assembleia Municipal da Maia na 1.ª Sessão Extraordinária realizada no dia 26 de dezembro de 2012, aprovou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião ordinária de 6 de dezembro do mesmo ano, o presente "Regulamento Municipal do Tarifário Social de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos da Maia", que se publica em anexo.

9 de janeiro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes*.

Preâmbulo

1 — A progressiva degradação da situação económica das famílias portuguesas, em virtude da situação em que se encontra todo o território nacional, exige aos serviços públicos a tomada de decisões e medidas especiais que permitam, de uma forma justa e ponderada, contribuir para o equilíbrio do orçamento das famílias mais desprotegidas economicamente, ajudando à satisfação das condições básicas de vida.

2 — O Município da Maia tem assumido desde sempre um papel fundamental na resolução dos problemas que afetam a sua população, através da prossecução de políticas integradoras e da articulação das ofertas dos apoios existentes no seu território, assumindo o seu papel de elemento catalisador para a coesão social.

3 — O esforço desenvolvido pela Câmara Municipal da Maia na procura incessante de políticas sociais ativas, é reproduzido integralmente por todo o seu universo empresarial municipal, que das mais diversas formas se tem preocupado com uma gestão eficiente dos seus recursos, tendo sempre presente a sua responsabilidade social.

4 — Continuando este caminho de uma forma solidária e discreta, surge o Tarifário Social de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos da Maia, como uma resposta que promove a integração social, contribuindo assim para uma sociedade mais coesa.

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece o conjunto de normas e de critérios a que obedece a concessão, por parte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, doravante designados por SMAS, de benefícios ao consumo doméstico de água e saneamento e por parte da Maiambiente, E.E. M., doravante designada por Maiambiente, de benefícios ao consumo doméstico dos resíduos sólidos urbanos, a seguir discriminados:

- Isenção do pagamento da componente fixa de água;
- Isenção do pagamento da componente fixa de saneamento;
- Alargamento do 1.º escalão do tarifário, aos 15m³ do consumo de água;
- Isenção do pagamento da componente fixa dos resíduos sólidos.

Artigo 2.º

Conceitos

Para efeitos do presente diploma considera-se:

- a) «Agregado familiar», o conjunto de pessoas constituído pelo requerente da isenção, cônjuge ou pessoa que com ele viva em condições análogas, parentes e afins maiores em linha reta e em linha colateral, até ao 3.º grau, parentes e afins menores em linha reta e em linha colateral, pelos adotados restritamente e menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar;
- b) «Rendimento mensal», o quantitativo que resulta da divisão por 12 dos rendimentos anuais líquidos auferidos por todos os elementos do agregado familiar, incluindo as prestações sociais, com exceção do abono de família, deduzido das retenções e contribuições obrigatórias;

c) «Rendimento mensal corrigido», o quantitativo referido no número anterior deduzido das seguintes despesas:

Prestação mensal do arrendamento habitacional ou encargo mensal com instituição de crédito decorrente da aquisição de habitação própria;

Média mensal dos encargos com a saúde, resultantes de doença crónica ou incapacitante, no que respeita a medicação.

Artigo 3.º

Beneficiários

Podem ser candidatos à isenção mencionada no artigo 1.º, todos os residentes no Município da Maia, em habitação própria ou arrendada, que cumulativamente reúnam as seguintes condições:

- a) O candidato, ou qualquer elemento do agregado familiar, seja proprietário ou titular de contrato de arrendamento do prédio que constitui habitação permanente;
- b) Sejam titulares de contrato de fornecimento de água relativamente ao prédio que constitui habitação permanente;
- c) Encontrem-se recenseados no Município da Maia;
- d) O agregado familiar não disponha de um rendimento mensal bruto corrigido igual ou superior ao rendimento calculado nos termos do quadro seguinte:

Condição do elemento	Valor a considerar (€)
Titular	189,52
Por cada elemento maior	94,76
Por cada elemento menor	56,86

Artigo 4.º

Instrução da Candidatura

1 — A candidatura deverá ser apresentada no Gabinete Municipal de Atendimento da Câmara Municipal da Maia, mediante o preenchimento de impresso próprio, conforme Anexo I, a fornecer ao candidato, devidamente assinado por este, e obrigatoriamente instruída com os seguintes documentos:

- a) Fotocópia dos bilhetes de identidade, ou cartão de cidadão ou cédula pessoal do candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar;
- b) Fotocópia do n.º de identificação fiscal do candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar;
- c) Fotocópia dos cartões de eleitor do candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar;
- d) Fotocópia do cartão da segurança social do candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar;
- e) Fotocópia da fatura de água relativa ao mês anterior ao da candidatura, emitida em nome do candidato;
- f) Fotocópia de recibo comprovativo da liquidação da prestação mensal de renda referente ao mês anterior ao da candidatura, ou documento comprovativo dos encargos com aquisição de habitação própria;
- g) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelo candidato e demais elementos que compõem o agregado familiar, nomeadamente a última declaração de IRS;
- h) Documentos comprovativos da despesa média mensal com aquisição de medicamentos, nas situações mencionadas na alínea c) do Artigo 2.º, ou fotocópias dos recibos emitidos pelas farmácias, referentes aos seis meses anteriores ao da apresentação da candidatura;
- i) Declaração médica para o efeito, emitida pelo médico de família, comprovativa dos medicamentos, indispensáveis ao tratamento de doença crónica e ou incapacitante do candidato ou de qualquer elemento do agregado familiar;
- j) Declaração, sob compromisso de honra, atestando a veracidade de todos os elementos constantes da candidatura, conforme Anexo II;

2 — Na falta dos documentos mencionados na alínea g) do número anterior, deverão ser entregues os seguintes documentos:

- Certidão comprovativa emitida pela Repartição de Finanças, de inexistência de declaração de IRS;
- Declaração de vencimento emitida pela entidade patronal, reportada ao mês anterior ao da candidatura;
- Declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social, comprovativa do valor de pensões, reformas, prestações sociais (com exceção das familiares, por deficiência e ou dependência), reportada ao mês anterior ao da apresentação da candidatura;

Declaração do Centro de Emprego da Maia, atestando tal situação, bem como o valor do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, em caso de desemprego de qualquer elemento do agregado familiar;

3 — Sempre que houver lugar ao aumento do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, este deverá ser comunicado à Câmara Municipal da Maia, que verificará a manutenção deste benefício.

4 — A Câmara Municipal da Maia reserva-se o direito de solicitar ao candidato a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entenda necessários, para uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 5.º

Análise da Candidatura

1 — A análise das candidaturas é da responsabilidade dos serviços sociais da Câmara Municipal da Maia.

2 — Sempre que se entenda necessário ou conveniente, poderão os serviços referidos no ponto anterior efetuar visitas domiciliárias para verificação das condições socioeconómicas do agregado familiar, obrigando-se o candidato a promover todas as diligências para a sua efetivação.

3 — A Câmara Municipal analisará as candidaturas no prazo máximo de trinta dias, contados da data de entrega das mesmas, sendo que, após a devida decisão, será da mesma dada conhecimento, imediato, ao interessado.

4 — A Câmara Municipal da Maia informará os SMAS e a Maiaambiente das candidaturas que vierem a ser aprovadas ou dos beneficiários que foram alvo de cessação da isenção.

Artigo 6.º

Exclusão dos Candidatos

Constituem motivos de exclusão dos candidatos:

- a) A prestação de falsas declarações;
- b) A não apresentação de documentação referida no Artigo 4.º ou a que venha a ser solicitada pela Câmara Municipal da Maia, no prazo que for estabelecido.

Artigo 7.º

Benefícios

1 — As candidaturas aprovadas terão os benefícios mencionados no Artigo 1.º, e entrarão em vigor no mês seguinte ao da comunicação da aprovação.

2 — Os benefícios vigorarão durante o período que decorre entre a aprovação da candidatura e o último dia útil do mês de dezembro, podendo ser objeto de renovação.

3 — A renovação é anual, devendo ser efetuada durante os meses de novembro e dezembro, mediante apresentação de nova candidatura.

Artigo 8.º

Cessaçã da Isençã

Constituem motivos de cessação da isençã, sem prejuízo de competente procedimento criminal se a tal houver lugar:

- a) O incumprimento de qualquer norma constante do presente regulamento;
- b) A transferênça da residênça para fora do Município da Maia;
- c) A não apresentaçã de documentaçã que, em qualquer momento, venha a ser solicitada pela Câmara Municipal da Maia, no prazo que for estabelecido;
- d) O termo do prazo previsto de vigênça da isençã, caso a mesma não venha a ser objeto de renovaçã;
- e) A alteraçã do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, desde que daí resulte a não verificaçã do limite estabelecido na alínea d) do artigo 3.º

Artigo 9.º

Dúvidas e Omissões

Todas as dúvidas e omissões que resultem da aplicaçã do presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal da Maia.

Artigo 10.º

Montante Disponível

O montante máximo a disponibilizar anualmente para efeitos da aplicaçã desta medida social é de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros).

Artigo 11.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor cinco dias após a respetiva publicaçã, nos termos da lei.

ANEXO I

Impresso de Candidatura

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome: _____			
Data de nascimento: / /		Securidade: / Estado civil: _____	
Morada: _____		Código Postal: _____	
Procedência: _____		Entidade em: / / A. 1. de _____	
Bilhete de Identidade n.º _____		Cartão de Eleitor n.º _____	
N.º de _____		Telefone: _____	
N.º de _____		Telefone: _____	
OUTROS: _____			
CONDIÇÕES DO AGREGADO FAMILIAR			
N.º	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROFISSÃO
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

Maia, de _____ de 20____

O Candidato, _____

ANEXO II

Declaração de Honra

(Nome) _____, portador do Bilhete de Identidade/Cartão Cidadão n.º _____, com o n.º fiscal de _____, pelo Arquivo de Identificação de _____, declara sob compromisso de honra serem verdadeiras todas as informações constantes da candidatura. Declara ainda conhecer as Normas Regulamentares respetivas a cujo cumprimento integral está obrigado.

Maia, de _____ de 20____

O Candidato, _____

306680268

MUNICÍPIO DE MÉRTOLA

Aviso n.º 1652/2013

Manutenção de comissões de serviço

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por meu Despacho n.º 2/2013, de 2 de janeiro, no uso das competências conferidas pelo artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e na sequência da adequação da estrutura orgânica dos serviços municipais às regras e critérios estabelecidos naquela lei, aprovada por deliberações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, de 21 de dezembro de 2012, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 25.º da referida Lei n.º 49/2012, é mantida a comissão de serviço da Chefia da Divisão de Obras Públicas e Empreitadas, Manuela de Jesus Rosa Inácio, até ao termo do respetivo período, suspendendo-se os efeitos das correspondentes alterações decorrentes da adequação orgânica.

16 de janeiro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Paulo Colaço Rosa.

306688077

Aviso n.º 1653/2013

Manutenção de comissões de serviço

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, pelo meu despacho n.º 1/2013, de 2 de janeiro, no uso das competências conferidas pelo artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e na sequência da adequação da estrutura orgânica dos serviços municipais às regras e critérios estabelecidos naquela lei, aprovada por deliberações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, de 21 de dezembro de 2012, nos termos das disposições conjugadas da alínea c),